



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quarta-feira – 30 de novembro de 2016

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR – PCdoB)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sintrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputada Rosângela Reis

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PPS – PEN – PTC – PHS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antônio Jorge Deputado Glaycon Franco Deputado Noraldino Júnior

LIDERANÇA DO PSB	
Líder	Deputado Wander Borges
Vice-Líder	Deputado Roberto Andrade

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE – BCMG	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado	BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado	BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE – BCMG
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado	BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado	BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Antonio Lerin	PSB	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB
Deputado	BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE – BCMG	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado	BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputado	BMM
Deputado Wander Borges	PSB
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado	BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado	BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado	BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Mario Henrique Caixa	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputado	BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB
Deputado	BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputado	BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2016

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Antônio Jorge (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Maria Ângela de Azevedo Santos solicitando apoio desta Casa para que a SES nomeie os concursados do Edital 2/2014, uma vez que não está havendo esforço do governo para solucionar esse problema; Edileda Izabel dos Santos, denunciando que seu marido está na UPA de Lavras há um mês e pede ajuda para que ele consiga uma vaga em hospital; Euzelir de Souza Paiva Lima, solicitando apoio ao projeto de redução da carga horária para 30 horas para os enfermeiros; e do Sr. Maurino Vicentino Ferreira, informando que o Hospital Deraldo Guimarães, de Almenara, está prestes a fechar as portas e que ninguém toma providências quanto ao problema; e ofício da comissão de aprovados do Concurso 02/2014 da SES solicitando a inclusão de previsão orçamentária das nomeações dos aprovados no certame. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 216/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à



apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.074/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Arlen Santiago); e 2.966/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.111 a 7.114/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.135/2016, dos deputados Arlen Santiago e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências com vistas a garantir a celeridade da tramitação do Projeto de Lei nº 2.924/2015, que altera a Lei 19.990, de 2011, e cria o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, e a colocação da proposição em pauta do Plenário para aprovação final;

nº 7.136/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de ações judiciais que demandam o fornecimento de bomba de infusão de insulina, bem como o preço médio de sua aquisição pelo poder público;

nº 7.137/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater novas tecnologias para o monitoramento e controle do diabetes, tais como a bomba de infusão de insulina e o sistema de monitoramento de glicose;

nº 7.138/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao Sr. Gilmar de Assis, promotor de justiça, o Ofício nº 508/IC 0223130004711/DS/16, da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Divinópolis, recebido na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, para as providências cabíveis;

nº 7.139/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer sejam encaminhados ao secretário de Estado de Saúde os ofícios recebidos na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde por meio do Fale com a Assembleia, para as providências cabíveis;

nº 7.140/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências com vistas a criar comissão especial com a finalidade de realizar levantamento das obras inacabadas no setor da saúde no Estado e de propor soluções viáveis para a questão;

nº 7.141/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde, ao secretário de Estado de Saúde e à Secretaria de Saúde de Montes Claros pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras da unidade de pronto atendimento – UPA – localizada no Bairro Chiquinho Guimarães, em Montes Claros;

nº 7.142/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde o Ofício nº 1.0000.16.032283-0/000, do Poder Judiciário, recebido na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, para as providências cabíveis;

nº 7.144/2016, dos deputados Arlen Santiago e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para prorrogar a validade do concurso previsto no Edital nº 2/2014, da Secretaria de Estado de Saúde, bem como para nomear os aprovados no referido concurso.

Em seguida, são aprovados relatórios das visitas realizadas em Belo Horizonte ao Hospital do Ipsemg, em 31/5/2016, e ao Hospital São Camilo, em 17/8/2016, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2016.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Jean Freire.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Hospital Governador Israel Pinheiro (Hospital do Ipsemg)

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 5.974, de 2016, de autoria do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 31/5/2016, o Hospital Governador Israel Pinheiro, conhecido como Hospital do Ipsemg, no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar a infraestrutura de atendimento e condições de trabalho dos médicos e funcionários do hospital.

Participaram da visita os deputados Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, e Jean Freire. Eles foram acompanhados pelas Sras. Suzana Rates, diretora de Saúde do Ipsemg; Ana Paula Renault, gerente assistencial hospitalar; Mônica Abreu, Magli de Barba, Marília Maia e demais representantes do Conselho de Mães, Avós e Mulheres; e pelo Sr. José Luiz de Almeida da Cruz, gerente técnico hospitalar;

Relato

O Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP – foi inaugurado em 18/2/1971 e presta assistência à saúde aos servidores do Estado e seus dependentes. O hospital conta atualmente com 344 leitos e infraestrutura adequada para atendimento principalmente de casos de alta complexidade.

Iniciada a reunião, o presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago, informou ter sido procurado por representantes do Conselho de Mães, Avós e Mulheres, que lhe apresentaram queixas e demandas em relação aos serviços de saúde prestados pelo Ipsemg. As representantes do conselho relataram a falta de medicamentos e materiais básicos, paralisação de obras que já teriam sido pagas, redução no número de leitos de 543 para 344, mau funcionamento dos elevadores do HGIP, dificuldades em conseguir marcar consultas e exames no Centro de Especialidades Médicas, redução no número de procedimentos realizados no HGIP para pacientes externos.

A Sra. Suzana Rates, diretora de saúde do Ipsemg, apresentou a situação em que se encontrava o órgão quando assumiu o cargo. A questão do financiamento era o maior problema do instituto. Em 2014, o governo editou um decreto transferindo 250 milhões do caixa do Ipsemg para o caixa único do Estado. Essa medida reduziu os recursos disponíveis, causando prejuízos em várias áreas, como na compra de insumos. A fim de tentar minimizar os impactos, a nova gestão adotou vários projetos emergenciais para organizar os serviços.

Outro problema que o Ipsemg tem enfrentado nos últimos anos é o aumento do número de pessoas que tem procurado os serviços: em 2013, foram de 8.900 internações no HGIP; em 2014, 15.325 internações; e, só no primeiro trimestre de 2016, as internações foram de aproximadamente 6.500 pacientes. Esse aumento, segundo a diretora, não se deveu a um aumento real no número de beneficiários, mas sim de beneficiários que utilizavam outro plano de saúde e passaram a utilizar os serviços do Ipsemg. Além disso, como lembrou o deputado Jean Freire, muitos beneficiários se consultam com médicos particulares ou com profissionais de outros planos de saúde, mas quando necessitam de exames e procedimentos cirúrgicos, de custo mais elevado, procuram o Ipsemg. A diretora afirmou ainda que o aumento na demanda não foi acompanhado por mudanças na estrutura física do hospital, o que tem causado sobrecarga nos serviços.

Segundo a diretora, algumas medidas estão sendo tomadas para melhorar o atendimento e abarcar a crescente demanda, como a ampliação do Serviço Médico de Urgência – SMU – adulto e pediátrico, com previsão de inauguração em julho de 2016, e a redução do tempo médio de permanência hospitalar, ainda alto no HGIP. O deputado Jean Freire manifestou-se a favor de tais

medidas, uma vez que diminuir o tempo de internação contribui para reduzir o risco de infecções hospitalares e os custos para a instituição.

A diretora informou também que a demanda do SMU aumentou 30% devido principalmente às doenças endêmicas, como a dengue, febre chikungunya, zika vírus e a gripe H1N1. Com a finalidade de atender toda essa demanda, foi criada uma unidade de atendimento no SMU para os pacientes com suspeita de dengue. Ao ser questionada pelo deputado Arlen Santiago se houve a necessidade de aumentar o número de servidores para o serviço, a diretora informou que concursados foram nomeados e outros servidores foram contratados temporariamente.

O Sr. José Luiz de Almeida da Cruz, gerente técnico hospitalar, relatou que o Ipsemg pretende implantar um projeto para atendimento em atenção primária à saúde semelhante ao que ocorre no SUS. Esse atendimento seria realizado em todos os municípios, e as consultas com especialistas seriam realizadas nas regionais do Ipsemg no interior do Estado. Assim, seriam encaminhados para Belo Horizonte somente os casos de alta complexidade. Segundo ele, historicamente o Ipsemg tem um formato de atendimento direcionado a média e alta complexidade com custos elevados e sem vinculação do beneficiário com o serviço. O investimento na atenção primária, que soluciona 85% dos problemas de saúde, reduziria a necessidade de atendimento hospitalar.

Em relação às queixas apresentadas pelo Conselho de Mães, Avós e Mulheres, a diretora informou que houve uma redução de leitos no hospital antes de sua gestão, motivada por necessidade de adequação às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Desde que assumiu o cargo, no início do atual governo do Estado, não houve redução, e o número de leitos atualmente é de 396.

No que se refere ao funcionamento dos elevadores, a diretora informou que, apesar de passarem por manutenção, os equipamentos são antigos e precisam ser modernizados. Ela afirmou que a reforma dos elevadores, seis ao todo, já está em processo de licitação e que as obras terão início no primeiro semestre de 2017. Para não prejudicar o atendimento no hospital, será reformado um elevador por semestre.

A diretora explicou que o motivo da paralisação das obras de uma ala de aproximadamente 70 leitos foi o cancelamento do contrato de licitação pela Advocacia-Geral do Estado, que encontrou irregularidades, e espera a regularização da licitação para dar continuidade à reforma. Ela também negou que as obras tivessem sido pagas à vista e afirmou que, mesmo com o fechamento da ala, não houve redução no número total de leitos do hospital, pois foram remanejados para outros setores.

Em relação à queixa de falta de medicamentos e insumos, a diretora afirmou que o contrato de fornecimento está regularizado para 93% dos medicamentos utilizados no HGIP. A falta de alguns medicamentos se deve a problemas de produção pelas indústrias farmacêuticas. Informou também que o Ipsemg contratou uma empresa terceirizada para administrar a dispensação de medicamentos no hospital e que a nova administração reduziu para 0,5% a taxa de perda de medicamentos. Há atualmente sete farmácias satélites localizadas nos andares do HGIP.

Já em relação às dificuldades para marcar consultas e exames no Centro de Especialidades Médicas – CEM –, a diretora admitiu que há uma demanda reprimida, apesar de os serviços terem sido ampliados. Segundo afirmou, o número de exames realizados pelo Ipsemg é quase três vezes maior que o preconizado pelo SUS, e duas vezes e meia maior do que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Já o número de consultas por beneficiário é semelhante ao que realiza o SUS. Ela informou que houve uma suplementação de recursos para aumentar o número de consultas, mas que o recurso foi todo utilizado para pagamento dos exames. Relatou, ainda, que o CEM está com um aparelho de raio-X inoperante e tem necessidade de aparelhos ultrassom e detectores fetais para consultas de pré-natal.

Quanto às queixas de redução no número de procedimentos realizados no HGIP para pacientes externos, a diretora esclareceu que os pacientes internados têm prioridade na realização de exames no HGIP; pacientes externos devem ser atendidos no



CEM ou em serviços conveniados e credenciados. O hospital não tem estrutura para atender a todos os beneficiários do Ipsemg, por isso realiza convênios e credenciamentos.

O deputado Arlen Santiago questionou se o aumento na demanda por internações em Belo Horizonte se deveu à redução de cotas dos serviços credenciados ao Ipsemg no interior do Estado. A diretora redarguiu que não dispunha desses dados. O deputado relatou que muitos credenciados do Ipsemg no interior reclamam da falta de pagamentos e da defasagem da tabela de procedimentos do Instituto, o que acarreta falta de interesse dos profissionais em se credenciar.

Para solucionar a questão da sobrecarga de demanda na capital, o deputado Arlen Santiago sugeriu a criação de um setor de regulação no HGIP que oriente e referencie pacientes do interior do Estado a buscar atendimento no município de origem em vez de vir a Belo Horizonte para serem atendidos.

O deputado indagou da diretora se a maioria dos pacientes da clínica de oncologia são provenientes do interior do Estado, e ela confirmou que eles representam 62% do total. Indagada se os pacientes enfrentam dificuldades para realizar os exames complementares para o diagnóstico de câncer, ela respondeu que não.

Quanto ao prazo para o início de tratamento de pacientes com câncer, a diretora informou que a orientação do Ipsemg é que eles comecem a ser tratados em até 30 dias após o diagnóstico. O deputado Arlen Santiago ressaltou que a demora na realização de exames para diagnóstico do câncer prejudica o tratamento, reduz as chances de cura e onera o sistema.

Depois da conversa com a diretora, os deputados visitaram o SMU, o setor de exames de imagem e a clínica de oncologia, acompanhados por representantes dos servidores do instituto, pelo Conselho de Mães, Mulheres e Avós e por membros da diretoria do hospital. No SMU, os visitantes encontraram muitos pacientes à espera de atendimento. Segundo a diretora do hospital, os dias de maior demanda no SMU são as segundas e terças-feiras, exatamente quando a visita foi realizada.

Os deputados puderam constatar que o setor de exames de imagem, onde são realizadas radiografias, tomografias e ressonâncias magnéticas, está em ótimas condições de atendimento e todo reformado. Constataram também que a clínica de oncologia está em boas condições para atender os pacientes.

Conclusão

A comissão apurou que a diretoria atual do Hospital Governador Israel Pinheiro tem procurado resolver os problemas desde que assumiu a gestão. No entanto, persistem algumas questões urgentes como a falta de equipamentos para realização de exames no Centro de Especialidades Médicas.

Em razão dessas questões, os deputados que participaram da visita apresentarão requerimento, a ser votado em reunião posterior da comissão, com pedido de providência à Presidência do Ipsemg para que sejam adquiridos e destinados ao CEM um aparelho de raio-X, dois aparelhos de ultrassonografia e cinco detectores fetais.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Arlen Santiago, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Hospital Infantil São Camilo

Apresentação

Em virtude do requerimento nº 6.304/2016, de autoria do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 17/8/2016, o Hospital Infantil São Camilo, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer *in loco* a estrutura e o funcionamento do hospital.



Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, e a acompanharam o Sr. José Guerra Lages, diretor administrativo e financeiro do hospital, e a Sra. Marisa Lages Ribeiro, diretora clínica e técnica.

Relato

A visita foi realizada com o objetivo de conhecer a estrutura e o funcionamento do Hospital Infantil São Camilo.

O deputado e a sua equipe foram recebidos pelo diretor administrativo e financeiro do hospital, Sr. José Guerra Lages, que fez uma breve contextualização do hospital infantil, antes de iniciar a visita por suas dependências.

Inaugurado em 1980, o hospital é fruto dos esforços de um grupo de médicos dispostos a fundar, em Belo Horizonte, um centro de tratamento especializado para crianças e adolescentes.

Atualmente o hospital conta com 2 prédios interligados, com 18 consultórios de pediatria, 19 de especialidades pediátricas, 4 de ortopedia e 2 de odontopediatria, 20 leitos de CTI, serviços de laboratório de análise clínica e raio-X 24 horas, serviços de ultrassonografia e tomografia, bloco cirúrgico, unidades de internação e hospital-dia.

Referência no atendimento pediátrico em Minas Gerais, o hospital atende a 31 especialidades pediátricas e oferece cursos de especialização e residência médica na área de pediatria.

Ainda segundo o diretor, o hospital infantil atendeu pacientes provenientes do sistema público de saúde durante 15 anos, desde a sua inauguração em 1980. Em 1995, no entanto, foi implantado o serviço de apuração de custos, que comprovou que os valores praticados pelo Sistema Único de Saúde na época não eram suficientes para o bom funcionamento do hospital. Diante disso, o hospital optou por atender apenas as consultas particulares e os convênios privados, para não contrair dívidas e comprometer a qualidade dos serviços prestados. Atualmente o hospital presta atendimento a pacientes de 48 convênios médicos.

A visita foi iniciada pela área administrativa. O deputado conheceu os serviços de auditoria, segurança do trabalho e atendimento aos profissionais.

Em seguida, o diretor administrativo e financeiro do hospital apresentou a Central de Material Esterilizado – CME –, destinada a limpeza, preparo, esterilização, acondicionamento e distribuição de materiais esterilizados.

De maneira geral, a CME opera conforme fluxo padronizado de recebimento de todo o material sujo ou contaminado do hospital, que é submetido a oito procedimentos: pré-limpeza, lavadora ultrassônica, enxágue em água de osmose, desinfecção de alto nível com termodesinfectora, secagem, etiquetagem de material, esterilização e armazenamento. O Sr. José Guerra Lages esclareceu que é possível rastrear todos os materiais dentro da CME e manter o controle deles por meio de um sistema próprio.

A visita continuou pelos blocos cirúrgicos do hospital. O diretor explicou que, apesar de o São Camilo ser um hospital infantil, o bloco cirúrgico atende alguns casos de adultos considerados “sadios”, em pequenas cirurgias, como nas áreas de oftalmologia e ortopedia. Segundo ele, a medida foi adotada para garantir no bloco uma movimentação de cirurgias suficiente para cobrir os gastos com a equipe de anestesia, uma vez que apenas cirurgias pediátricas não cobririam a totalidade dos custos.

Em seguida, o deputado conheceu a estrutura das unidades de internação e do CTI. O diretor também apresentou o Serviço de Epidemiologia e Segurança Assistencial e o Núcleo de Segurança do Paciente, com ações voltadas para a promoção da segurança e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde do hospital.

O deputado ainda visitou a área de atendimento às urgências e emergências, composta por sala de procedimentos (medicação, nebulização, curativo e sutura) e os consultórios de urgência e semi-internação, onde os pacientes ficam por até 6 horas, antes de serem encaminhados para a internação, CTI ou terem alta hospitalar.

Conclusão

Para o deputado Arlen Santiago, a visita da Comissão de Saúde ao Hospital São Camilo cumpriu o seu objetivo de conhecer a estrutura, o funcionamento e as boas práticas realizadas pela instituição. Segundo o deputado, o que foi conversado e observado

durante a visita poderá subsidiar futuras discussões na Comissão de Saúde sobre a melhoria do Sistema Único de Saúde. O deputado ponderou que o SUS precisa rever os valores praticados com os hospitais conveniados, atualmente insuficientes para manter uma instituição hospitalar.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2016.

Arlen Santiago, relator.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/11/2016

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.476/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Cabo Júlio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nº 3.794 e 3.840/2016 (relator: deputado Gustavo Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Gustavo Valadares – Paulo Guedes.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2016

Às 13h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os investimentos, nos anos de 2014 a 2016, na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros Militar, no sistema prisional e no sistema socioeducativo, bem como o custeio dessas instituições e sistemas e seus impactos na política estadual de segurança pública. A presidência informa que a matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Sindepominas; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PMBM; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom –, de Contagem; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; os Srs. Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais – Unimasp-MG; Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais; Amarílio Ribeiro Macedo, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Barbacena; Domingos Sávio de Mendonça, ex-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Carlos Alberto de Melo, vereador eleito de Juiz de Fora; e o Ten.-Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da



Associação dos Militares Estaduais Mineiros – Ámem. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – André Quintão – Cabo Júlio.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 30/11/2016**

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 16/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 17/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Vieira de Seniuk para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 10/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Hugo Vocurca Teixeira para o cargo de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 23/2016, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria Tereza Lara para o cargo de presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 24/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Lindomar Gomes da Silva para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas – Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 25/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.040/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Braúnas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.861/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e autoriza o remanejamento de dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para o Fundo Financeiro de Previdência. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.482/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a receber os imóveis do complexo da Cidade Administrativa de Minas Gerais Presidente Tancredo de Almeida Neves que foram construídos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 51/2016, da Defensoria Pública, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira do defensor público, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 780/2015, do deputado Cabo Júlio, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 370/2015, do deputado Fred Costa, que cria o selo Minas sem Maus-Tratos: Produto Não Testado em Animais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.259/2015, do deputado Duarte Bechir, que institui a Semana Estadual de Conscientização do Autismo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.494/2015, do deputado Rogério Correia, que institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Assédio Moral no âmbito da administração direta e indireta dos Poderes do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.604/2015, do deputado Wander Borges, que acrescenta os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 17.591, de 23 de junho de 2008, que institui a Semana de Prevenção de Distúrbios Alimentares. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.815/2015, do deputado Fred Costa, que institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais, a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.581/2015, do deputado João Leite, que torna obrigatória a informação do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos das redes pública e particular de ensino do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de orientações de segurança e procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.167/2015, do deputado Antônio Jorge, que estabelece diretrizes para a atenção à saúde materna e infantil no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.816/2015, do governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar os bens que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes, que institui a Semana Estadual das Juventudes. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.999/2015, da deputada Marília Campos, que cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias – APA Fernão Dias – e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Limeira do Oeste o trecho que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.192/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 120/2015, do deputado Fred Costa, que cria o Programa Boa Visão na Terceira Idade e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 450/2015, do deputado Cabo Júlio, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado a Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 784/2015, do deputado Cabo Júlio, que declara a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais patrimônio cultural dos mineiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 838/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, por via de cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública, com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 852/2015, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas – IEF – a fazer reverter ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 972/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado pelo órgãos da administração pública do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 994/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.570/2015, do deputado Bonifácio Mourão, que dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em empreendimentos imobiliários subsidiados ou financiados por recursos do governo do Estado. A Comissão



de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.615/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado o ofício das quitandeiras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto com Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.905/2015, do deputado Léo Portela, que institui a Política Estadual sobre Pessoas Desaparecidas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.916/2015, do Tribunal de Contas, que institui o Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Funcontas-TCEMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.037/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o reconhecimento da Festa Nacional do Biscoito em Japonvar como patrimônio cultural do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.038/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o reconhecimento da Vesperata de Diamantina como patrimônio cultural do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.074/2015, do deputado Felipe Attiê, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no protocolo padrão do pré-natal de exame de sangue para detectar o uso de drogas lícitas ou ilícitas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.130/2015, do deputado Ulysses Gomes, que declara patrimônio cultural do Estado o processo de fazer tricô do Município de Monte Sião. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.194/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de lâmpadas LED – Diodo Emissor de Luz – nas edificações dos órgãos ou entidades da administração pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.225/2015, do deputado Cristiano Silveira, que acrescenta o art. 4º-B à Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.461/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.761/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado a gastronomia mineira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2015, do deputado Léo Portela, que dispõe sobre a criação de um programa de amparo e cuidados à mulher alcoólatra e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2015, do deputado Thiago Cota, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos públicos e privados do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os trechos rodoviários que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.286/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que institui o Polo de Calçados de Nova Serrana e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.323/2016, do deputado Bosco, que dispõe sobre a desafetação de bens públicos e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá os trechos de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre doação de trecho da Rodovia AMG-145 que especifica ao Município de Santa Luzia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de União de Minas o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.476/2016, do deputado Isauro Calais, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Oliveira Fortes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.491/2016, do deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-los ao Município de Perdígão. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.502/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2016, do deputado João Magalhães, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Simonésia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.663/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.794/2016, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2016, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.840/2016, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2016. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.793 e 5.856/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.849 a 5.854/2016, da Comissão de Participação Popular; e 5.865/2016, da deputada Marília Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.678/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.738/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.716/2015, do deputado Duarte Bechir; e 2.982/2015, do deputado Arlen Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.710/2016, do deputado Antônio Lerin.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 526/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 1.021/2015, do deputado João Leite; 1.669/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.090/2015, do deputado João Alberto; 3.432/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Fred Costa; 3.645 e 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.788/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.790/2016, do deputado Deiró Marra; 3.805/2016, do deputado Gilberto Abramo; 3.844 e 3.845/2016, do governador do Estado; 3.851 e 3.852/2016, do deputado Tiago Ulisses; 3.875/2016, dos deputados André Quintão e outros; e 3.883/2016, do deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.329/2015, do deputado Antônio Lerin; 3.133/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.315/2016, do deputado Cássio Soares; 3.608/2016, do deputado Nozinho; 3.616/2016, do deputado Arnaldo Silva; 3.655/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.656/2016, da deputada Rosângela Reis; 3.703/2016, do deputado Léo Portela; 3.713 e 3.714/2016, do deputado João Vítor Xavier; 3.720/2016, do deputado Tito Torres; 3.725/2016, do deputado Léo Portela; 3.733/2016, do deputado André Quintão; 3.739/2016, do deputado Dilzon Melo; 3.740/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.783 e 3.784/2016, do deputado Gil Pereira; 3.795/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.796/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.797/2016, do deputado Léo Portela; 3.798/2016, do deputado Fred Costa; 3.801/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes; 3.802 e 3.803/2016, do deputado Emidinho Madeira; 3.806/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.823/2016, do deputado Antônio Jorge; 3.826 e 3.828/2016,



do deputado Ivair Nogueira; 3.835/2016, do deputado Lafayette de Andrada; 3.837/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.839/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.847/2016, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.848/2016, do deputado Arnaldo Silva; e 3.880/2016, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.608 a 5.610 e 5.614 a 5.616/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 731/2015, da deputada Rosângela Reis; 1.257/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.561/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.909/2015, do deputado Dilzon Melo; 3.165/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; e 3.579 e 3.612/2016, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.419/2016, do deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.721/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.509, 5.581, 5.582, 5.601, 5.627, 5.648, 5.660/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 5.716/2016, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação dos funcionários, dos prédios e dos hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 30/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 10 e as 18 horas do dia 30 de novembro de 2016, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, de requerimentos e das Indicações nºs 10/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hugo Vocurca Teixeira para o cargo de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Ipsemg; 14/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e

Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG; 16/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – IGTEC; 17/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Vieira de Seniuk para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG; 23/2016, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Tereza Lara para o cargo de presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam; 24/2016, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Lindomar Gomes da Silva para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas – Utramig; e 25/2016, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002; à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres; à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais; à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado; à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde; e à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 51/2016, da Defensoria Pública, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira do defensor público, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS; 15/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado, a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público, e dá outras providências; 120/2015, do deputado Fred Costa, que cria o Programa Boa Visão na Terceira Idade e dá outras providências; 370/2015, do deputado Fred Costa, que cria o selo Minas sem Maus-Tratos: Produto Não Testado em Animais; 450/2015, do deputado Cabo Júlio, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado a Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; 780/2015, do deputado Cabo Júlio, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002; 784/2015, do deputado Cabo Júlio, que declara a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais patrimônio cultural dos mineiros; 838/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, por via de cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais; 852/2015, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas – IEF – a fazer reverter ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica; 972/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado pelo órgãos da administração pública do Estado; 994/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público; 1.026/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Mercês o imóvel que especifica; 1.259/2015, do deputado Duarte Bechir, que institui a Semana Estadual de Conscientização do Autismo e dá outras providências; 1.494/2015, do deputado Rogério Correia, que institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à

Prática de Assédio Moral no âmbito da administração direta e indireta dos Poderes do Estado; 1.570/2015, do deputado Bonifácio Mourão, que dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em empreendimentos imobiliários subsidiados ou financiados por recursos do governo do Estado; 1.581/2015, do deputado João Leite, que torna obrigatória a informação do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos das redes pública e particular de ensino do Estado; 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas; 1.615/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado o ofício das quitandeiras; 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de orientações de segurança e procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral; 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma; 1.905/2015, do deputado Léo Portela, que institui a Política Estadual sobre Pessoas Desaparecidas no Estado e dá outras providências; 1.916/2015, do Tribunal de Contas, que institui o Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Funcontas-TCEMG; 2.037/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o reconhecimento da Festa Nacional do Biscoito em Japonvar como patrimônio cultural e material do Estado; 2.038/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o reconhecimento da Vesperata de Diamantina como patrimônio cultural do Estado; 2.074/2015, do deputado Felipe Attiê, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no protocolo padrão do pré-natal de exame de sangue para detectar o uso de drogas lícitas ou ilícitas e dá outras providências; 2.130/2015, do deputado Ulysses Gomes, que declara patrimônio cultural do Estado o processo de fazer tricô do Município de Monte Sião; 2.167/2015, do deputado Antônio Jorge, que estabelece diretrizes para a atenção à saúde materna e infantil no âmbito do Estado; 2.194/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de lâmpadas LED – Diodo Emissor de Luz – nas edificações dos órgãos ou entidades da administração pública estadual; 2.225/2015, do deputado Cristiano Silveira, que acrescenta o art. 4º-B à Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências; 2.461/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 2.604/2015, do deputado Wander Borges, que acrescenta os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 17.591, de 23 de junho de 2008, que institui a Semana de Prevenção de Distúrbios Alimentares; 2.761/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que declara patrimônio histórico e cultural do Estado a gastronomia mineira; 2.815/2015, do deputado Fred Costa, que institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH; 2.816/2015, do governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar os bens que especifica; 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica; 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes, que institui a Semana Estadual das Juventudes; 2.919/2015, do deputado Léo Portela, que dispõe sobre a criação de um programa de amparo e cuidados à mulher alcoólatra e dá outras providências; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários; 2.966/2015, do deputado Thiago Cota, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos públicos e privados do Estado e dá outras providências; 2.999/2015, da deputada Marília Campos, que cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias – APA Fernão Dias – e dá outras providências; 3.040/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Braúnas o imóvel que especifica; 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Limeira do Oeste o trecho rodoviário que especifica; 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os trechos rodoviários que especifica; 3.192/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica; 3.193/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais; 3.286/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que institui o Polo de Calçados de Nova Serrana e dá outras

providências; 3.323/2016, do deputado Bosco, que dispõe sobre a desafetação de bens públicos e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá os trechos de rodovia que especifica; 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre doação de trecho da Rodovia AMG-145 que especifica ao Município de Santa Luzia; 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de União de Minas o trecho rodoviário que especifica; 3.476/2016, do deputado Isauro Calais, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Oliveira Fortes; 3.482/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a receber os imóveis do complexo da Cidade Administrativa de Minas Gerais Presidente Tancredo de Almeida Neves que foram construídos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig; 3.491/2016, do deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-los ao Município de Perdigoão; 3.502/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – os imóveis que especifica; 3.521/2016, do deputado João Magalhães, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Simonésia; 3.663/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica; 3.794/2016, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2016, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 3.840/2016, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2016; e 3.861/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – e autoriza o remanejamento de dotações orçamentárias do TJMG para o Fundo Financeiro de Previdência; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/11/2016, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.678/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.738/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.514/2015, do deputado Arlen Santiago, 2.716/2015, do deputado Duarte Bechir, e 2.982/2015, do deputado Arlen Santiago, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Glaycon Franco, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/11/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a resolução de cursos para o ano de 2017, em que militares chamados para o Curso Especial de Formação de Sargentos poderão ter grave prejuízo em sua carreira; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.



João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/11/2016, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 709/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

Elismar Prado, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO RELATÓRIO DE EVENTO INSTITUCIONAL Nº 3/2016

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, a proposição em epígrafe contém o relatório final do citado evento institucional, nos termos do art. 297 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 23/11/2016, a proposição foi encaminhada à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para receber parecer, em consonância com o mesmo dispositivo regimental, regulamentado pela Decisão Normativa da Presidência nº 24, de 8/3/2016.

Fundamentação

1 – Do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação

O Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, elaborado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, tem o objetivo de apresentar à Mesa da Assembleia a análise e as sugestões de desdobramentos referentes às 373 propostas constantes do documento final aprovado na plenária do evento.

O fórum técnico foi concebido com o objetivo de colher subsídios da sociedade para aprimoramento do projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, instrumento norteador das políticas educacionais do Estado pelo prazo de 10 anos. Conforme descreve o relatório sob comento, o evento que foi iniciado em 24/4/2015, contou com as seguintes etapas:

1.1 – Reuniões preparatórias

Foram realizadas 23 reuniões preparatórias entre os meses de abril de 2015 e junho de 2016. Resumidamente, nessas reuniões foram definidos: os temas que seriam abordados no debate público; o número de encontros regionais e a dinâmica de trabalho nestes eventos; a divisão dos grupos de trabalho e os conteúdos que seriam discutidos em cada um; e a dinâmica de trabalho do evento final, realizado em Belo Horizonte.

1.2 – Debate público

Realizado em 19/2/2016, contou com a apresentação, pela Secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo dos Santos, do projeto de lei que institui o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, e com painéis relativos a financiamento da educação e custo aluno qualidade; superação de desigualdades educacionais; e situação do ensino médio.

1.3 – Encontros regionais

Entre os meses de fevereiro e maio de 2016 foram realizados 12 encontros regionais que tiveram lugar nos seguintes municípios: Coronel Fabriciano, Sete Lagoas, Montes Claros, Varginha, Araxá, Paracatu, Ubá, Divinópolis, Uberlândia, Diamantina, Teófilo Otoni, Belo Horizonte. Nesses eventos as metas e estratégias dos Plano de Educação foram discutidas em oito grupos temáticos:

Grupo 1: Metas 1, 2, 3 e 5	Grupo 5: Metas 12, 13 e 14
Grupo 2: Metas 4, 8 e 9	Grupo 6: Metas 15, 16, 17 e 18
Grupo 3: Metas 6 e 7	Grupo 7: Meta 19
Grupo 4: Metas 10 e 11	Grupo 8: Meta 20

1.4 – Consulta pública

Por meio da consulta pública, os participantes puderam opinar, pela internet, sobre todas as metas e estratégias do projeto de lei do Plano Estadual de Educação, além de poderem apresentar novas sugestões ao projeto. Esse mecanismo constituiu-se em mais um importante canal de interlocução com a sociedade, realizada paralelamente aos encontros regionais.

1.5 – Etapa final

Encerrados os encontros regionais e a consulta pública, a etapa final foi realizada em Belo Horizonte entre os dias 15 e 17 de junho de 2016. O primeiro dia foi destinado a exposições e debates e os seguintes a atividades dos grupos de trabalho. No segundo dia os participantes foram divididos nos oito grupos de trabalho mencionados, ao passo que no terceiro dia as propostas aprovadas no dia anterior foram submetidas à plenária final. Ao fim do processo foram aprovadas 21 metas e 352 estratégias.

1.6 – Desdobramentos pós-evento

Instalado em 5/9/2016, o Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação foi integrado por representantes das entidades que compõem o Fórum Estadual de Educação, do Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes –, do Fórum Mineiro de Educação Infantil – FMEI – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Com o objetivo de facilitar a análise do documento final, o Comitê optou por dividir seu conteúdo em seis subgrupos temáticos:

Subgrupo 1 – Metas 1, 2, 3 e 5	Subgrupo 4 – Metas 11, 12, 13 e 14
Subgrupo 2 – Metas 4, 8, 9, 10 e 21	Subgrupo 5 – Metas 15, 16, 17 e 18
Subgrupo 3 – Metas 6 e 7	Subgrupo 6 – Metas 19 e 20

Os subgrupos foram responsáveis por decidir os encaminhamentos das propostas constantes do documento final do evento. Após esse trabalho, a parte normativa do projeto de lei, as questões não solucionadas consensualmente nos subgrupos e outras questões eventualmente destacadas pelos participantes foram submetidas à apreciação do Comitê de Representação.

Ao longo dos trabalhos, no entanto, não houve quórum para a composição dos subgrupos 3 e 4 e, por isso, as metas 6, 7, 11, 12, 13 e 14 e suas respectivas estratégias foram incorporadas no relatório na forma aprovada no documento final do fórum técnico.

Após 17 reuniões dos subgrupos temáticos e três encontros do Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, este aprovou em 16/11/2016 o Relatório de Evento Institucional sob comento.

2 – Sugestões de encaminhamentos do Comitê de Representação para as propostas aprovadas na Plenária Final do Fórum Técnico

No Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, o Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação aprovou propostas de alteração do texto normativo do projeto de lei e as metas e estratégias contidas em seu anexo, bem como outras recomendações para a elaboração do parecer de mérito, além de sugerir a solicitação de informações ou providências por parte do Poder Executivo.

As propostas de desmembramento, aglutinação e supressão de estratégias, as recomendações para a elaboração do parecer, bem como as propostas de alteração da parte normativa do projeto de lei, não serão objeto de análise deste parecer. A análise da conveniência e oportunidade não apenas dessas propostas, mas de todas as modificações ao texto normativo e às metas do Plano Estadual de Educação, constará no parecer de mérito desta comissão ao Projeto de Lei nº 2.882/2015.

Neste parecer, a comissão se limitará a analisar as propostas de encaminhamentos que envolverem peças não normativas, ou seja, os requerimentos a órgãos e instituições com pedidos de providências ou pedidos de informações.

2.1 – Desmembramento, aglutinação e supressão de estratégias e outras recomendações para subsidiar a elaboração do parecer do Projeto de Lei nº 2.882/2015

Com o objetivo de propiciar maior clareza e objetividade ao texto do Plano Estadual de Educação, o comitê sugeriu desmembrar, aglutinar e suprimir diversas estratégias. Dessa forma, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Desmembramento das estratégias 2.5, 3.9, 4.2, 4.4, 4.8, 4.12, 5.5, 9.3, 9.7, 9.11, 10.8, 13.6, 15.5, 15.12, 17.9, 19.1 e 20.12.
- Aglutinação das estratégias 1.5, 3.16, 4.10, 4.20, 4.21, 4.26, 4.28, 4.29, 8.10, 8.17, 8.18, 8.22, 8.23, 9.16, 15.14, 16.11, 18.8, 18.17 e 19.10 a outras estratégias.
- Manutenção da supressão, aprovada na Plenária Final, das estratégias 2.1, 3.1, 6.6, 7.1, 7.6, 7.20, 7.31, 7.36, 9.5, 9.9, 10.3, 16.1, 17.1 e 18.2.
- Indicação de supressão das estratégias 4.14, 9.17, 15.11, 16.13, 17.4, 17.6, 17.7, 17.10, 18.7, 18.9, 18.10 e 19.12 por sobreposição ou redundância.
- Indicação de supressão das estratégias 4.24, 18.13, 18.15, 18.18, 19.11 e 19.13 por conter matéria administrativa.
- Indicação de supressão das estratégias 18.14 e 18.19.5 por violação de princípios ou normas legais.

Os encaminhamentos mencionados e as alterações ao texto normativo do projeto de lei constam do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação. Além disso, o Comitê apresentou, no Anexo B do Relatório, outras 13 recomendações para subsidiar a elaboração do parecer do Projeto de Lei nº 2.882/2015.

Tais recomendações estão expressas na Sugestão de Encaminhamento nº 1 do relatório, como vê-se a seguir:

“Sugestão de Encaminhamento nº 1

O Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação sugere que sejam encaminhados os Anexos A e B do relatório, que contêm o resultado da análise das metas e estratégias discutidas no evento, ao relator designado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para análise do Projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação, com a finalidade de subsidiar o seu parecer.”

Destaca-se que estas recomendações serão oportunamente analisadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quando da elaboração do parecer de mérito e, se pertinentes, acolhidas nesta peça.

2.2 – Outros encaminhamentos

De modo complementar às recomendações anteriormente mencionadas, foram identificadas no texto do Plano estratégias que não guardam relação com os objetivos deste, ou que, por serem muito específicas, demandam informações do Poder Executivo acerca de sua viabilidade. Nesses casos, o Comitê de Representação sugeriu outros seis encaminhamentos.

Sugestão de Encaminhamento nº 1

O Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação sugere que sejam encaminhados os Anexos A e B do relatório, que contêm o resultado da análise das metas e estratégias discutidas no evento, ao relator designado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para análise do Projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação, com a finalidade de subsidiar o seu parecer.

Sugestão de encaminhamento nº 2

Envio de pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para:

- criação de programa de orientação e apoio às famílias que conte com a atuação de grupos de trabalho intersetoriais para o desenvolvimento integral das crianças da educação infantil;

- regulamentação do incentivo a formação no nível de pós-graduação dos servidores das carreiras da educação, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004, disciplinando a licença remunerada para esse fim;

- criação de instrumento para divulgação das boas práticas pedagógicas das escolas localizadas no Estado;

- aprimoramento do apoio jurídico ao gestor escolar relativamente às suas funções desempenhadas no exercício do cargo;

- encaminhamento de proposta de alteração da lei dos grêmios estudantis – Lei Estadual nº 12.084, de 1996 –, com vistas a assegurar condições materiais e técnicas necessárias ao funcionamento dos grêmios;

- alteração da Resolução SEE nº 2.958, de 29/4/2016, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais, de forma a democratizar a apreciação e aprovação do plano de gestão.

- alteração da composição do Fórum Estadual de Educação para se garantir a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

Sugestão de encaminhamento nº 3

Envio de pedido de informação à SEE para que disponibilize dados sobre o número de servidores daquela secretaria, por cargo e escolaridade.

Sugestão de encaminhamento nº 4

Envio de pedido de providência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – para que avalie a possibilidade de ofertar curso de Libras para os familiares dos estudantes surdos a partir de um mapeamento da demanda.

Sugestão de encaminhamento nº 5

Envio de pedido de providência às instituições estaduais de ensino superior para a ampliação da carga horária das práticas de ensino nos cursos de licenciatura.

Sugestão de encaminhamento nº 6

Envio de solicitação ao Fórum Estadual de Educação para que seja garantida a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

Além desses encaminhamentos propostos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, recomendamos outros adicionais, que passamos a relacionar a seguir. Esses encaminhamentos complementares se referem às metas e estratégias que não foram objeto de debate nos subgrupos temáticos, sobretudo as metas 11 a 14. Entendemos que, assim como nas



metas e estratégias submetidas à avaliação dos subgrupos temáticos, há itens demasiadamente específicos, cuja manifestação do Poder Executivo é de grande valia para subsidiar o processo de tramitação do projeto de lei.

É importante frisar que os encaminhamentos sugeridos a seguir por esta comissão apenas complementam os já aprovados pelo fórum, já que somos favoráveis à manutenção do posicionamento do Comitê de Representação em relação às metas e estratégias não apreciadas pelos subgrupos temáticos. Em outras palavras, o Anexo A do Relatório de Eventos Institucionais não será sofrerá nenhum tipo de modificação com a aprovação deste parecer.

Sugestão de encaminhamento nº 7

Envio à SEE de pedido de informações sobre análise de viabilidade de financiamento de instituições de educação profissional não vinculadas à rede estadual (demanda referente à Estratégia 11.15).

Sugestão de encaminhamento nº 8

Envio à SEE de pedido de informações sobre o vínculo funcional dos profissionais que ministram cursos de educação profissional na rede estadual de ensino, sobre concursos em andamento ou com previsão de abertura para provisão de profissionais na educação profissional ofertada pela rede estadual (demanda referente à Estratégia 11.17).

Sugestão de encaminhamento nº 9

Envio à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – dos seguintes pedidos:

- análise de viabilidade de se criar programa estadual nos moldes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes (demanda referente à Estratégia 12.5);

- informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica executados pelas instituições estaduais de educação superior (demanda referente à Estratégia 12.11);

- análise de viabilidade de se criar programa de reestruturação das instituições estaduais de educação superior nos moldes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (demanda referente à Estratégia 12.17);

- informações acerca da existência de processo revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino (demanda referente à Estratégia 12.18);

- informações acerca da viabilidade da Estratégia 13.5, que prevê o fomento à formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, e se já existe alguma iniciativa neste sentido no Estado de Minas Gerais.

Sugestão de encaminhamento nº 10

Envio à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – de pedido de informação acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica do qual a instituição faz parte (demanda referente à Estratégia 12.11).

Sugestão de encaminhamento nº 11

Envio à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – de pedido de informação acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica do qual a instituição faz parte. (demanda referente à Estratégia 12.11).

Sugestão de encaminhamento nº 12

Envio de pedido de informação ao Conselho Estadual de Educação de do Estado de Minas Gerais – CEE/MG – acerca da existência de processo revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino (demanda referente à Estratégia 12.18).

Sugestão de encaminhamento nº 13

Envio de pedido de informação à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – acerca da viabilidade da Estratégia 14.15, que prevê a criação de bolsas e de editais direcionados especificamente a regiões de baixo IDH no Estado, como Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

3 Análise dos encaminhamentos

Após análise do Relatório Final do Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, somos por sua aprovação e pelo acolhimento das Sugestões de Encaminhamento nºs 1 a 13.

Atendendo às Sugestão de Encaminhamento nº 1, apresentamos, ao final deste parecer, ofício encaminhando, ao relator do Projeto de Lei nº 2.882/2015, os Anexos A e B constantes do Relatório em epígrafe, para subsidiar seu parecer.

Por fim, como desdobramentos das Sugestões de Encaminhamentos nºs 2 a 13, apresentamos os seguintes requerimentos:

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para criação de programa de orientação e apoio às famílias que conte com a atuação de grupos de trabalho intersetoriais para o desenvolvimento integral das crianças da educação infantil.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para que regulamente o incentivo à formação no nível de pós-graduação dos servidores das carreiras da educação, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004, disciplinando a licença remunerada para esse fim.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a criação de instrumento para divulgação das boas práticas pedagógicas das escolas sediadas no Estado.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para o aprimoramento do apoio jurídico ao gestor escolar relativamente às suas funções desempenhadas no exercício do cargo.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da lei dos grêmios estudantis – Lei Estadual nº 12.084, de 1996 –, com vistas a assegurar condições materiais e técnicas necessárias ao funcionamento dos grêmios.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da Resolução SEE nº 2.958, de 29/4/2016, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais, de forma a democratizar a apreciação e aprovação do plano de gestão.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da composição do Fórum Estadual de Educação para se garantir a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

▪Seja solicitado ao Fórum Estadual de Educação que garanta a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações acerca do número de servidores daquela secretaria, discriminado por cargo e escolaridade.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações acerca da viabilidade de financiar instituições de educação profissional não vinculadas à rede estadual, conforme previsto na Estratégia 11.15 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações acerca do vínculo funcional dos profissionais que ministram cursos de educação profissional na rede estadual de ensino, e da existência de concursos em andamento ou com previsão de abertura para provisão de profissionais na educação profissional ofertada pela rede estadual, conforme previsto na Estratégia 11.17 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para esta que avalie a possibilidade de ofertar curso de libras para os familiares dos estudantes surdos a partir de um mapeamento da demanda.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade de se criar programa estadual nos moldes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes –, conforme previsto na Estratégia 12.5 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica executados pelas instituições estaduais de educação superior, conforme previsto na Estratégia 12.11 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade de se criar programa de reestruturação das instituições estaduais de educação superior nos moldes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni –, conforme previsto na Estratégia 12.17 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da existência de processo revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino, conforme previsto na Estratégia 12.18 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade da Estratégia 13.5 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, que prevê o fomento à formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, e se já existe alguma iniciativa neste sentido no Estado.

▪Seja encaminhado pedido de providência à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para a ampliação da carga horária das práticas de ensino nos cursos de licenciatura.

▪Seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica do qual a instituição faz parte, conforme previsto na Estratégia 12.11 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado pedido de providência à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para a ampliação da carga horária das práticas de ensino nos cursos de licenciatura.



▪Seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica do qual a instituição faz parte, conforme previsto na Estratégia 12.11 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação de do Estado de Minas Gerais – CEE/MG – pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino, conforme previsto na Estratégia 12.18 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

▪Seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações acerca da viabilidade de a criação de bolsas e de editais direcionados especificamente a regiões de baixo IDH no Estado, como Norte e Jequitinhonha/Mucuri, conforme previsto na Estratégia 14.15 do Anexo A do Relatório de Evento Institucional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Relatório de Evento Institucional nº 3/2016 e pela apresentação do ofício e dos requerimentos a seguir redigidos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia, relator – Sargento Rodrigues.

Of. Nº Belo Horizonte, 22 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Deputado:

Cumpre-nos encaminhar a V. Sa. os Anexos A e B contantes do Relatório de Evento Institucional nº 2/2016 para subsidiar o parecer de mérito do Projeto de Lei nº 2.885/2015, que aprova do Plano Estadual de Educação, na Comissão de Educação.

Atenciosamente,

Deputado

Exmo. Sr.

Deputado Paulo Lamac

Capital

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para criação de programa de orientação e apoio às famílias que conte com a atuação de grupos de trabalho intersetoriais para o desenvolvimento integral das crianças da educação infantil.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para que o órgão regulamente o incentivo à formação no nível de pós-graduação dos servidores das carreiras da educação, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004, disciplinando a licença remunerada para esse fim.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a criação de instrumento para divulgação das boas práticas pedagógicas das escolas sediadas no Estado.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para o aprimoramento do apoio jurídico ao gestor escolar relativamente às suas funções desempenhadas no exercício do cargo.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da lei dos grêmios estudantis – Lei Estadual nº 12.084, de 1996 –, com vistas a assegurar condições materiais e técnicas necessárias ao funcionamento dos grêmios.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da Resolução SEE nº 2.958, de 29/4/2016, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais, de forma a democratizar a apreciação e aprovação do plano de gestão.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para a alteração da composição do Fórum Estadual de Educação para se garantir a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja solicitado ao Fórum Estadual de Educação que garanta a presença de entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nesse colegiado.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações acerca do número de servidores daquela secretaria, discriminado por cargo e escolaridade.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações acerca da viabilidade de financiar instituições de educação profissional não vinculadas à rede estadual.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre o vínculo funcional dos profissionais que ministram cursos de educação profissional na rede estadual de ensino, e sobre que concursos estão em andamento ou com previsão de abertura para provisão de profissionais na educação profissional ofertada pela rede estadual.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentada pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que o órgão avalie a possibilidade de ofertar curso de Libras para os familiares dos estudantes surdos a partir de um mapeamento da demanda.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade de se criar programa estadual nos moldes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica executados pelas instituições estaduais de educação superior.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade de se criar programa de reestruturação das instituições estaduais de educação superior nos moldes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de informações acerca da viabilidade se fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, e se já há alguma iniciativa neste sentido no Estado.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado pedido de providência à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para a ampliação da carga horária das práticas de ensino nos cursos de licenciatura.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica que a instituição integra.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de

Educação, requer seja encaminhado pedido de providência à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para a ampliação da carga horária das práticas de ensino nos cursos de licenciatura.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de informações acerca da atual situação do Núcleo Mineiro de Internacionalização da Educação Superior – Numie – e dos programas de mobilidade acadêmica que a instituição integra.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação de do Estado de Minas Gerais – CEE/MG – pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a sugestão de encaminhamento de proposta aprovada no Relatório de Evento Institucional nº 3/2016, apresentado pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de



informações acerca da viabilidade de criação de bolsas e de editais direcionados especificamente a regiões de baixo IDH no Estado, como Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

Sala das Comissões, de de .

Deputado

Justificação: O presente requerimento se origina dos encaminhamentos sugeridos pelo Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação para atendimento das propostas aprovadas e priorizadas na Plenária Final do evento, realizado em 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/2016

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, esse projeto de resolução visa ratificar regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de alimentos para animais, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicado no *Diário do Legislativo* em 19/11/2016, vem a esta comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

A exposição de motivos encaminhada pela Mensagem nº 198/2016, do governador do Estado, que deu origem ao projeto de resolução em análise, informa que a medida fiscal adotada tem por finalidade fomentar e proteger setor específico da economia mineira sujeito a sofrer impactos negativos em decorrência de benefício ou incentivo fiscal ou financeiro fiscal praticados por outros estados da Federação, relativamente ao ICMS.

Ao proporcionarem vantagens operacionais e econômicas, tais benefícios refletem diretamente na competitividade e na livre concorrência, podendo implicar perda potencial de investimento, arrecadação de impostos estaduais e municipais, além de empregos gerados em nosso Estado.

Os artigos 32-A a 32-L da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, autorizam a concessão de tratamento tributário diferenciado para determinados setores econômicos, mediante regime especial concedido pela Superintendência de Tributação da Secretaria de Estado de Fazenda, desde que, nos termos dos arts. 225 e 225-A da mesma lei, sejam ratificados pela Assembleia Legislativa.

O regime especial de tributação que se pretende ratificar por meio do projeto de resolução em análise está previsto no inciso IX do art. 32-A da Lei 6.763, de 1975, que autoriza a concessão de crédito presumido, por meio de regime especial, ao estabelecimento signatário de protocolo firmado com o Estado, de modo que a carga tributária resulte em, no mínimo, 3%:

“Art. 32-A – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento:

(...)

IX – por meio de regime especial, ao estabelecimento signatário de protocolo firmado com o Estado, de modo que a carga tributária, nas operações de saída por ele promovidas, resulte em, no mínimo, 3% (três por cento).”

A referida mensagem esclarece que os regimes especiais são concedidos ao setor, mas de forma individualizada, mediante requerimento do contribuinte e assinatura de protocolo de intenções com o compromisso de contrapartidas para a economia do Estado.

A mensagem informa ainda que, até a ocasião de seu envio a esta Casa, foi concedido, para o referido setor, a contribuinte situado no município de Uberlândia, regime especial que institui crédito presumido do ICMS que implica recolhimento efetivo de 3% do valor das operações de vendas interestaduais, nas operações de saída do produto do Estado.

Diante das justificativas apresentadas, entendemos ser necessária a concessão do regime especial de tributação, visando à proteção da economia mineira e ao restabelecimento da competitividade das empresas do referido setor que comprovadamente estiverem sendo prejudicadas em sua competitividade ou desestimuladas a se instalarem em Minas Gerais.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 39/2016, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

André Quintão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.711/2016

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Missionário Márcio Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Paraolímpica Patense – APP –, com sede no Município de Patos de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.711/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Paraolímpica Patense – APP –, com sede no Município de Patos de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social às pessoas com deficiência.

Com esse propósito, a instituição realiza atividades que promovam a integração das pessoas com deficiência à sociedade, visando o crescimento pessoal, cultural e o desenvolvimento da cidadania; e proporciona o desenvolvimento e o aprimoramento do esporte paraolímpico em Patos de Minas e região.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Paraolímpica Patense – APP – no Município de Patos de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.711/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

Arnaldo Silva, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.467/2016**Comissão de Administração Pública****Relatório**

De autoria do deputado Arnaldo Silva, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de União de Minas o trecho rodoviário que especifica.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 14/4/2016 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou; e a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas opinou pela aprovação da matéria na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.467/2016 dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia LMG-864, com extensão de 286,50m, compreendido entre o Km 21 e o Município de União de Minas; e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de União de Minas para integrar seu perímetro urbano.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça ressaltou o recebimento de ofícios do Poder Executivo se manifestando favoravelmente à pretensão da proposição em exame e apontando a necessidade de correção da extensão a ser desafetada. Em decorrência dessas informações, essa comissão apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de alterar a extensão do trecho a ser transferido ao município, defender o interesse coletivo e incluir cláusula de reversão, exigida pelo § 1º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 1993, que estabelece que, cessadas as razões que justificaram a doação de um imóvel, ele reverterá ao patrimônio do doador.

Na justificação, o autor argumenta que o trecho em comento já integra o perímetro urbano do Município de União de Minas. Sua doação apenas transfere ao município a responsabilidade pela manutenção e conservação da via pública, propiciando aos usuários maior segurança e atendendo aos anseios dos munícipes.

Cabe ressaltar, ainda, que, no Ofício nº 007/2016-GP, o prefeito municipal de União de Minas solicita a elaboração de projeto que venha a integrar o trecho ao perímetro urbano, manifestando do interesse pela sua desafetação e doação ao município.

A doação do trecho objeto do projeto de lei em análise transfere ao município a responsabilidade pela manutenção e conservação da via pública, favorecendo sua autonomia e atendendo aos anseios dos munícipes. Dessa forma, a aprovação da matéria traz benefícios para a sociedade local, razão pela qual a consideramos meritória e oportuna.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.467/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

João Magalhães, presidente – Gustavo Valadares, relator – Paulo Guedes – Cabo Júlio.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.476/2016**Comissão de Administração Pública****Relatório**

De autoria do deputado Isauro Calais, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira Fortes os trechos rodoviários que especifica.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/4/2016 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou; e a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas opinou pela aprovação da matéria na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.476/2016 dispõe sobre a desafetação dos trechos da Rodovia MG-452 compreendidos entre os Kms 17,2 e 17,6 e entre os Kms 19 e 21, que ligam o Município de Paiva ao de Oliveira Fortes; autoriza o Poder Executivo a doá-los ao Município de Oliveira Fortes para integrarem seu perímetro urbano como vias urbanas; e determina sua reversão ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, o donatário não der aos trechos a finalidade prevista.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça ressaltou o recebimento de ofício do Poder Executivo se manifestando favoravelmente à pretensão da proposição em exame e apontando a necessidade de alteração da extensão do segundo trecho, até o Km 20, e não até o Km 21. Além disso, a comissão informou que, por se tratar de bem qualificado como de uso comum do povo, não será lavrada escritura pública de doação e, assim, o termo final do prazo para reversão do trecho deve ser de cinco anos contados da publicação da lei que autoriza sua transferência. Em decorrência dessas informações, apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de alterar o marco solicitado e adaptar o texto do projeto à técnica legislativa.

Na justificação, o autor argumenta que os trechos objeto da doação já possuem características urbanas, com empreendimentos comerciais e residenciais, e já integram o perímetro urbano do Município de Oliveira Fortes. Sua doação apenas transfere ao município a obrigação pela manutenção e conservação das vias públicas, favorecendo sua autonomia e atendendo aos anseios dos munícipes.

Em ofício encaminhado em 22/6/2016, o prefeito municipal de Oliveira Fortes manifesta o interesse na aprovação da matéria, uma vez que a transferência da titularidade do bem viabilizará ao município a prestação de auxílio relativo à infraestrutura das edificações e de serviços públicos aos munícipes que possuem residências à margem da Rodovia MG-452.

Nesse sentido, a doação dos trechos de rodovia objeto da matéria em análise traz benefícios para a sociedade local, uma vez que a nova titularidade viabilizará a realização de benfeitorias, a regularização das construções na faixa de domínio e agilizará futuras intervenções na recuperação das vias, sendo, portanto, meritória e oportuna.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.476/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2016.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio, relator – Gustavo Valadares – Paulo Guedes.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.064/2015

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei nº 1.064/2015 dispõe sobre os direitos e deveres dos pais e responsáveis na participação da vida escolar das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora a matéria a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, VI, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

De acordo com o art. 189, §1º, do Regimento Interno, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto em exame estabelece direitos e deveres dos pais e responsáveis na participação da vida escolar das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Para tanto, institui procedimentos que garantem o acesso dos pais a um conjunto de informações básicas sobre a escola e os alunos, que incluem o projeto político-pedagógico, o calendário escolar, informações sobre o comportamento e o desenvolvimento do aluno, indicadores de rendimento e desempenho, entre outros dados considerados relevantes para que os pais possam compreender e colaborar de forma mais efetiva para a melhoria do aprendizado das crianças e dos adolescentes.

Além disso, o projeto determina mecanismos que contribuem para elevar o comprometimento dos pais quanto ao acompanhamento da vida escolar dos alunos, mediante o controle sobre o comparecimento nas reuniões escolares, no caso de alunos com baixo desempenho escolar ou com problemas comportamentais, estabelecendo, em razão de ausência dos pais às reuniões, os devidos encaminhamentos processuais e eventual responsabilização.

Durante o exame da matéria no 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, que promoveu diversas alterações na proposição visando a aprimorar seu alcance e efetividade. Esta comissão endossou o substitutivo, também aprovado pelo Plenário da Casa.

Na oportunidade de reexame da matéria no 2º turno, reiteramos o entendimento firmado no parecer de 1º turno quanto ao mérito, considerando, sobretudo, que a qualificação da participação dos pais na vida escolar de seus filhos proporcionada pelo projeto certamente contribuirá para prevenir diversos problemas que potencialmente possam prejudicar o bom desempenho escolar e o relacionamento saudável dos alunos com o ambiente da escola.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.064/2015, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente e relator – Sargento Rodrigues – Rogério Correia.

PROJETO DE LEI Nº 1.064/2015

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre direitos e deveres dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É direito dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual:

I – conhecer e acompanhar o projeto político-pedagógico desenvolvido na escola;

II – ter acesso a informações básicas sobre a escola e seu funcionamento;

II – obter informações sobre o comportamento e o desenvolvimento do aluno que possam influenciar seu desempenho escolar e seu relacionamento no ambiente da escola;

IV – encaminhar ao colegiado ou conselho escolar questões pertinentes aos interesses da comunidade atendida pela escola.

Art. 2º – Para o cumprimento do direito a que se refere o art. 1º, serão adotados os seguintes meios e procedimentos:

I – disponibilização pelo estabelecimento de ensino de acesso às seguintes informações e documentos atualizados:

a) nome e endereço do estabelecimento de ensino, nome dos integrantes de sua direção e dados de contato para comunicação;

b) projeto político-pedagógico da escola;

c) regimento escolar;

d) calendário escolar, incluindo-se as reuniões do colegiado escolar e reuniões pedagógicas entre pais ou responsáveis, educadores e alunos;

e) telefone e endereço eletrônico para comunicação com a Diretoria da Superintendência Regional de Ensino e com a Ouvidoria Educacional da Ouvidoria-Geral do Estado;

f) dados gerais de matrícula e indicadores de rendimento e desempenho relativos à escola, compreendendo:

1 – número de alunos matriculados por série, ciclo ou ano;

2 – número de alunos por turma;

3 – resultados obtidos pela escola em avaliações educacionais oficiais realizadas nos níveis federal e estadual;

4 – número e percentual de alunos aprovados e reprovados por série, ciclo ou ano;

II – oferta pelo estabelecimento de ensino de horários alternativos para reuniões com pais ou responsáveis.

§ 1º – As informações a que se refere o inciso I e os horários alternativos para reuniões com pais ou responsáveis a que se refere o inciso II serão divulgadas nos meios de comunicação disponíveis.

§ 2º – Os pais ou responsáveis por alunos com baixo desempenho escolar ou com problemas comportamentais devem ser comunicados do agendamento de reuniões por meio que garanta que dele tenham ciência.

Art. 3º – A ausência de pais ou responsáveis por alunos com baixo desempenho escolar ou com problemas comportamentais às reuniões escolares será comunicada pela direção da escola ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público da Infância e da Juventude para apuração do descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar e, eventualmente, da ocorrência de crime de abandono intelectual.

Parágrafo único – Para fins deste artigo, compreende-se por:

I – aluno com baixo desempenho escolar aquele assim considerado em avaliação própria da equipe pedagógica responsável;

II – aluno com problemas comportamentais aquele envolvido em ocorrências disciplinares ou que tenha praticado atos infracionais relacionados com a escola.

Art. 4º – Fica revogada a Lei nº 11.036, de 14 de janeiro de 1993.



Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/11/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado no *Diário do Legislativo* de 17/11/2016, que nomeou Matheus Henrique da Silva Salvino, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Alaor Ferreira Côrtes, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Carlos Enrique Ferreira Andrade, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro – PSB;

exonerando Natália Fonseca Freitas, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Franciane Dayla de Melo Badaró, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Jéssica Mariana dos Reis, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 96/2016

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Objeto: cooperação mútua para o desenvolvimento em parceria de rotinas de trabalho, documentos legais, cursos, treinamentos e pesquisas visando à maximização dos recursos humanos, físicos e financeiros, alocados para o aprimoramento tecnológico e a contribuição para o relacionamento institucional entre as Casas Legislativas da Federação. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: de 12/1/2017 a 1º/1/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 110/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Ministério do Meio Ambiente. Objeto: transferência de recursos financeiros do Orçamento Geral da União para contribuir para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, fomentando a cultura de proteção do meio ambiente e a produção sustentável em comunidades rurais dos Municípios de Januária e São Francisco. Objeto do aditamento: prorrogação da vigência do contrato de repasse original. Vigência: de 19/10/2016 a 10/1/2018. Dotação orçamentária: 2009.0001.3.3.90-24.1 e 2009.0001.3.3.90-10.3.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 111/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da contratante. Objeto do aditamento:



segunda prorrogação contratual, com reajuste de preços. Vigência: 6/1/2017 a 5/1/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.